

MAIO / 2018

INTERNACIONAL

EUROPA

Conforme a estimativa final da agência Eurostat, o crescimento econômico da zona do euro no primeiro trimestre de 2018 foi de 0,4%, em relação ao trimestre anterior, três décimos a menos que no primeiro trimestre de 2017. Na base anual o crescimento foi de 2,5%. O resultado mais fraco deveu-se a redução do comércio, com queda das exportações.

Já em abril, as vendas no varejo decepcionaram com a alta de apenas 0,1% frente a março, quando se previa um avanço de 0,6%. Na comparação anual as vendas subiram 1,7%.

Quanto a inflação do consumidor, a alta de 1,9% na base anual, estimada para maio surpreendeu os analistas que esperavam uma alta de 1,6%.

EUA

Conforme a segunda estimativa do Departamento de Comércio, o PIB americano no primeiro trimestre de 2018 subiu à taxa anual de 2,2%, mostrando desaceleração em relação ao trimestre anterior, com os gastos dos consumidores crescendo no ritmo mais fraco. Em relação à primeira estimativa, o crescimento diminuiu 0,1 ponto.

Quanto ao mercado de trabalho, a criação de vagas de trabalho não agrícola em maio foi de 223 mil novos postos, quando a expectativa era de 190 mil. A taxa de desemprego, que era de 3,9% em abril recuou para 3,8% em maio. Já os salários subiram 0,30% em relação ao mês anterior, acumulando alta de 2,7% em um ano.

Em relação à taxa básica de juros, o FED decidiu mantê-la no intervalo 1,5% e 1,75% ao ano, em reunião logo no início de maio, mas na ata a maioria dos seus membros disseram que um novo aumento da taxa deverá ser necessário, em breve.

ÁSIA

No Japão, o PIB do primeiro trimestre de 2018 teve contração anualizada de 0,60%, quando a expectativa era de um recuo de 0,4% e na Índia, o PIB do primeiro trimestre teve expansão anualizada de 7,7% e superou as melhores previsões.

MERCADOS DE RENDA FIXA E RENDA VARIÁVEL

No mercado internacional de renda fixa, os títulos do tesouro americano, de 10 anos, que tinham rendimento de 2,93% a.a. no final de abril, terminaram maio com rendimento de 2,82% a.a., ao passo que os emitidos pelo governo britânico rendiam 1,23% a.a. Os emitidos pelo governo alemão, por sua vez, fecharam o mês de abril com rendimento de 0,33%. Paralelamente, no mês, o dólar se valorizou 3,31% perante o euro e 0,48% perante o yen, por exemplo.

Já as bolsas internacionais tiveram em maio novamente um mês de altas. Enquanto a bolsa alemã (Dax) avançou 1,36% no mês, a inglesa subiu (FTSE 100) 2,40%, a do Japão (Nikkei 225) caiu 2,00%, e a americana (S&P 500) subiu 2,87%.

No mercado de commodities, o petróleo tipo Brent subiu no mês de maio 3,22%.

NACIONAL

ATIVIDADE, EMPREGO E RENDA

A economia brasileira cresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2018, na comparação com o trimestre anterior. O setor agropecuário cresceu 1,4%, o industrial e o de serviços 0,1%. Tanto o consumo das famílias, quanto os investimentos, também apresentaram evolução.

Já a taxa de desemprego, que era de 13,1% no trimestre encerrado em março, recuou para 12,9% no trimestre encerrado em abril, com 13,4 milhões de pessoas sem trabalho. O rendimento médio real do trabalhador foi de R\$ 2.182,00 no final do trimestre.

SETOR PÚBLICO

Conforme informou o Banco Central, o setor público consolidado registrou superávit primário de R\$ 2,9 bilhões em abril. Em doze meses o déficit primário foi de R\$ 118,4 bilhões.

As despesas com juros nominais, em doze meses, totalizaram R\$ 380,9 bilhões (5,73% do PIB) e o déficit nominal, que inclui o resultado com os juros, foi de R\$ 499,3 bilhões (7,51% do PIB) no mesmo período.

A dívida bruta do governo geral (governo federal mais INSS mais governos regionais) alcançou em março R\$ 5,04 trilhões (75,9% do PIB).

INFLAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE divulgou que a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), subiu em maio 0,40%, depois da alta de 0,22% em abril. Em doze meses, a alta acumulada foi de 2,86% e no ano de 1,33%.

Já o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), subiu 0,43% em maio e acumulou alta de 1,76% em doze meses e de 1,12% no ano.

JUROS

Em sua reunião no final de maio, o Copom surpreendeu o mercado e após 12 cortes seguidos, com o cenário externo pior, manteve a taxa Selic em 6,50%, sendo que dias antes o presidente do Banco Central havia sugerido um novo corte de 0,25 pp.

Na ata da reunião, voltou a ser enfatizado que a aprovação de reformas é fundamental para sustentar a inflação baixa. Principalmente as de natureza fiscal.

CÂMBIO E SETOR EXTERNO

A taxa de câmbio dólar x real, denominada P-Tax 800 encerrou o mês de maio cotada em R\$ 3,74, com uma valorização de 7,46% no mês.

Em abril, as transações correntes, apresentaram superávit de US\$620 milhões, acumulando em doze meses saldo negativo de US\$ 8,9 bilhões.

Os Investimentos Estrangeiros Diretos – IED apresentaram um ingresso líquido de US\$ 2,6 bilhões em abril e acumularam US\$ 61,7 bilhões em doze meses.

A Balança Comercial, por sua vez, teve em maio de 2018 um superávit de US\$ 5,98 bilhões, o que elevou o resultado no ano para US\$ 26,15 bilhões.

RENDA FIXA

Dos subíndices Anbima, que referenciam os fundos compostos por títulos públicos disponíveis para os RPPS, o melhor desempenho no mês de março acabou sendo o CDI com alta de 0,52%, seguido do IRF-M1 com alta de 0,20%.

RENDA VARIÁVEL

Para o Ibovespa, a variação no mês foi de -10,87%, acumulando no ano alta de apenas 0,46% e em doze meses de 22,39%. O índice encerrou abril em 76.753 pontos. Maio também apresentou a maior saída líquida de investidores estrangeiros desde 2004, quando o indicador passou a ser rastreado. Um total de R\$ 8,43 bilhões deixou o país.

PERSPECTIVAS

MERCADO INTERNACIONAL

Junho é um mês em que os dois maiores bancos centrais do mundo estarão promovendo reuniões para deliberar sobre a evolução de suas políticas monetárias. Enquanto o Banco Central Europeu tende a manter inalterada a taxa básica de juros, por conta da inflação da região ainda abaixo da meta, o FED deverá elevar em 0,25 pp a taxa básica americana, para o intervalo entre 1,75% e 2% ao ano. Mais do que o movimento de elevação da taxa, o mercado estará atento ao comunicado pós-reunião que poderá dar indícios dos próximos movimentos. Se em consequência a taxa de juros de 10 anos voltarem a romper o patamar de 3%, o dólar irá se valorizar em novo patamar perante as demais moedas e os juros, mundo a fora subirá.

MERCADO NACIONAL

Depois das intensas turbulências vividas pelo mercado local, em decorrência do cenário externo e da greve dos caminhoneiros no Brasil, o mês de junho nos reserva uma nova reunião do Copom, em que a taxa Selic deverá ser novamente mantida, apesar das novas coletas de preços indicarem inflação ascendente. Paralelamente, o agravamento da recuperação econômica deverá acentuar as nossas dificuldades fiscais e junto com o processo eleitoral aumentar os temores no mercado financeiro. Maior volatilidade à frente.

Quanto às aplicações financeiras dos RPPS, diante dos últimos acontecimentos que terão forte impacto no lado fiscal do setor público consolidado e após a realização de reunião de nosso Comitê de Investimento, passamos a não mais recomendar exposição ao vértice de longo prazo, representado pelo IMA-B Total, nem por conta de diversificação. Continuamos a considerar de 10%, a exposição em fundos de investimento em títulos públicos que possuem a gestão do duration, produto a ser acompanhado com a maior atenção.

Para os vértices médios (IMA-B 5, IDkA 2A e IRF-M Total) recomendamos uma exposição de 25% e para os vértices de curto prazo, representados pelos fundos DI, pelos referenciados no IRFM-1 e pelos CDB's aumentamos a alocação sugerida de 20%, para 35%. Lembramos que para evitar o desenquadramento aos limites da Resolução CMN nº 4.604/2017, o percentual máximo de alocação em fundos DI passou a ser de 40%.

Permanece a recomendação de que, com a devida cautela e respeitados os limites das políticas de investimento e as exigências da nova resolução editada pelo CMN, é oportuna a avaliação de aplicações em produtos que envolvam a exposição ao risco de crédito (FIDC e FI Crédito Privado, por exemplo), em detrimento das alocações em vértices mais longos.

Quanto à renda variável, continuamos a recomendar a exposição máxima de 30%, por conta da melhora da atividade econômica neste ano, que já se reflete em um melhor comportamento dos lucros das empresas e, portanto, da Bolsa de Valores e também pelo fato da importância do produto como fator de diversificação de portfólio, em um momento em que as taxas de juros dos títulos públicos não mais supõem a meta atuarial. Assim, já incluídas as alocações em fundos multimercado (10%) que com a nova resolução ficaram maiores, continua a mesma em fundos de participações – FIP (5%) e em fundos imobiliários FII (5%), sendo que a alocação em ações, com o novo perfil dos fundos multimercado passou a ser de 10%.

Por fim, cabe lembrarmos que as aplicações em renda fixa, por ensejarem o rendimento do capital investido, devem contemplar o curto, o médio e o longo prazo, conforme as possibilidades ou necessidades dos investidores. Já as realizadas em renda variável, que ensejam o ganho de capital, as expectativas de retorno devem ser direcionadas efetivamente para o longo prazo.

Sugestão de Alocação dos Recursos – Renda Fixa e Variável	
<u>Renda Fixa</u>	70%
Longuíssimo Prazo (IMA-B 5+ e IDKA 20A)	0%
Longo Prazo (IMA-B Total e FIDC/ Crédito Privado/ Fundo Debênture) **	0%
Gestão do Duration	10%
Médio Prazo (IRF-M Total, IMA-B 5 e IDKA 2A)	25%
Curto Prazo (CDI, IRF-M 1 e CDB)	35%
<u>Renda Variável</u>	30%
Fundos de Ações	10%
Multimercados	10%
Fundos em Participações	5%
Fundos Imobiliários	5%

** Aos clientes que investem em FIDC / Crédito Privado / Fundo Debênture, utilizar como limite máximo o percentual destinado ao Médio Prazo.